

## OE 2020 tem 95 milhões para participar projetos de investimento do PDR 2020

Pág. VII



Nuno Russo, Secretário de Estado da Agricultura.

## Concorrência internacional e imagem do leite junto dos consumidores ameaça setor leiteiro

Pág. II-III



### Destaques

#### Portugal Fresh estuda organização interprofissional para as frutas, legumes e flores

Pág. III

#### Casa do Douro avisa o IVDP: vetar um seguro de colheitas é "contribuir para o decesso da viticultura no Douro"

Pág. VI

#### Venda da Frulact à Ardian "vai fazer a empresa explodir"

Págs. IV-V

### Editorial

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt



#### MAR 2020: isto não vai ser "um mar de rosas"

Ouvi o ministro do Planeamento, Nelson de Souza, afirmar em finais de janeiro na Assembleia da República que os próximos quatro anos do Portugal 2020 "vão ser anos de exigência". E que "a execução defronta-se com problemas da economia real", pelo que o caminho que temos pela frente não é "um mar de rosas".

Sem ser dramática nem demonstrar fraqueza, a afirmação do governante e o estado a que as coisas chegaram colocam-nos à tabela, tal é o estigma político e económico-social que enfrentaria se, acaso, por obra do diabo e da incapacidade e/ou inércia do Governo, Portugal tivesse de devolver fundos europeus.

E não podemos 'dormir à sombra da bananeira'. Afinal, a taxa de execução do QCA 2014-2020 está em 45%. Ou seja, a escassos 11 meses do fim do período de programação, mais de metade do envelope financeiro de 25 mil milhões de euros está por executar.

Mas nem todos os programas operacionais (PO) do Portugal 2020 estão no mesmo patamar. Se a 31 dezembro, o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020), por exemplo, estava comprometido a 89% e executado em 62%, já o MAR 2020 está com apenas 36% de execução e 75% de compromisso.

E, lembremos, estão em causa 392,5 milhões do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), a que se somam 115,3 milhões de componente nacional, num total de 507,8 milhões de euros. Não esquecendo que, a 16 de abril de 2019, um relatório do Tribunal de Contas (TC) arrasou a trajetória do MAR 2020 ao afirmar que os "indicadores de realizações apontavam para um nível muito fraco de execução". Era ministra do Mar, que tutela o PO, Ana Paula Vitorino.

Quase um ano depois, em entrevista publicada esta semana nas páginas 12-13 deste jornal, o Ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, revela um misto de ingenuidade, desconhecimento e inação quanto ao fraquíssimo desempenho deste PO.

É um facto que apenas entrou em funções a 26 de outubro e não tem quaisquer responsabilidades sobre o (mau) histórico da execução do Programa. E que também houve atrasos a nível europeu e o PO só arrancou em 2015.

Mas justamente por isso, por o período de programação ser mais curto, para evitar novos puxões de orelhas do Tribunal de Contas, para satisfazer a elevada procura de apoios ao investimento que a economia real – leia-se investidores – lhe tem demonstrado e para não correr o tremendo risco de ter de devolver verbas a Bruxelas devido à burocracia e à falta de atitude, é preciso arregaçar as mangas. Porque, mais do que com qualquer PO dentro do Portugal 2020, o trilho do MAR 2020 até 2023 não vai ser "um mar de rosas".

PROJETO 'DAIRY4FUTURE' ENVOLVE CINCO PAÍSES DA REGIÃO ATLÂNTICA E VISA ORIENTAR EXPLORAÇÕES LEITEIRAS PARA O FUTURO

# Concorrência internacional e imagem do leite junto dos consumidores ameaça setor leiteiro

A produção nacional de leite dispõe de uma vantagem competitiva importante: possui um cluster organizado, com conhecimento técnico e serviços associados à fileira reconhecidos, que fornece uma indústria bem dimensionada, assente em estruturas cooperativas que garantem o escoamento da produção a preço contratualizado (ainda que “baixo e volátil”).

Porém, a concorrência internacional, a elevada concentração do setor da distribuição e a dependência de “commodities”, como a soja e o milho, são as grandes ameaças, em termos económicos, ao setor leiteiro português, sobretudo no Norte e Centro do País. Para além da imagem do leite junto de certos segmentos de consumidores e das incertezas políticas e de mercado, que afetam o futuro da produção e do consumo.

Estas são as principais conclusões de um ‘workshop’ sobre benefícios e impactos do setor leiteiro no âmbito do projeto ‘Dairy4Future’, financiado pelo programa comunitário INTERREG-UE Espaço Atlântico.

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

re’ vão analisar 100 explorações-piloto da Área Atlântica Europeia, onde se identificarão boas práticas e estimará a eficiência do uso de recursos. O projeto integra ainda 10 explorações experimentais, onde serão avaliadas as melhores práticas (recurso-eficiência). Em Portugal, são cerca de 40 explorações-piloto em estudo, distribuídas pelas principais regiões de produção leiteira do continente e dos Açores.

## Orientar as explorações leiteiras para um futuro sustentável

No total, para Portugal (região autónoma dos Açores incluída), o financiamento do ‘Dairy4Future’ ascende a 3,8 milhões de euros no âmbito do programa INTERREG-UE -



O projeto ‘Dairy4Future’ envolve um consórcio de 11 parceiros de cinco países da Região Atlântica (Irlanda, Reino Unido, França, Espanha e Portugal), é financiado pelo programa INTERREG-UE Espaço Atlântico com 2,92 milhões de euros (regiões Norte e Centro) e vigora entre 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2021

-UE Espaço Atlântico. A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e o Instituto Superior de Agronomia (ISA) são os parceiros técnicos. Os parceiros associados são a AGROS (União das Cooperativas de Produtores

de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes), a APCR (Associação Portuguesa de Produtores da Raça Frísia) e as associações agrícolas açorianas das ilhas de São Miguel e Terceira (AASM e AAIT). Também conta com o apoio de outros colaboradores locais, como a FENALAC, LACTICOOP, PROLEITE e as cooperativas de Barcelos e de Vila do Conde.

Está em causa “orientar as explorações leiteiras para, num futuro próximo, integrarem sistemas produtivos inovadores, de elevada resiliência económica, eficientes no uso de recursos, no bem-estar dos animais e ambientalmente aceitáveis,

## Análise ‘swot’ ao setor leiteiro português

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p><b>NÍVEL ECONÓMICO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Existência de um cluster do setor leite (conhecimento técnico, serviços associados à fileira) * Modernização das empresas * Certificação das explorações em bem-estar * Empresas bem dimensionadas (média e grande dimensão) * Indústria bem dimensionada que permite economia de escala e escoamento garantido da produção com preço contratualizado * Apoios comunitários * Custo de recolha reduzido (produção próxima da indústria).</li> </ul>	<p><b>NÍVEL ECONÓMICO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Preço do leite à produção baixo e volátil * Sobredimensionamento dos equipamentos agrários * Dependência da importação de matérias primas para a alimentação animal * Instabilidade das políticas públicas (falta de coerência de políticas entre ministérios e incerteza no futuro) * Custo dos fatores de produção e investimento inicial muito elevado.</li> </ul>
<p><b>NÍVEL SOCIAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Relevância social da atividade (feiras e concursos) * Resiliência do tecido produtivo (base familiar) * Empenho e dedicação dos empresários * Leite como alimento ou ingrediente de muitos alimentos * Imagem do leite enquanto produto natural e básico na cadeia alimentar * Programa Leite Escolar * Educação para a cidadania.</li> </ul>	<p><b>NÍVEL SOCIAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Qualidade de vida pouco atrativa * Redução do consumo de leite em natureza (maior em estratos etários baixos) * Envelhecimento dos produtores * Falta de comunicação dentro da fileira (produção, indústria, distribuição e consumidor final) * Gestão efluentes (imagem: odores, atração de insetos e transporte) * Crescimento urbano com ocupação do espaço rural.</li> </ul>
<p><b>NÍVEL AMBIENTAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Área forrageira previne incêndios * Manutenção do espaço rural (paisagem) * Setor recolhe informação que permite monitorizar eficiência nutricional e profilática dos efetivos * produção próxima do consumidor * Aumento de consumo de leite a nível mundial.</li> </ul>	<p><b>NÍVEL AMBIENTAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Elevado consumo de água (técnicas de limpeza e rega pouco eficientes) e gestão deficiente * Gestão de efluentes difícil (elevada carga animal e deficiente capacidade de armazenamento) * Vulnerabilidade geográfica (aceitamos leite de outras regiões (Açores) sem contabilizar custos transporte) * Normativas sobre a utilização dos nitratos desajustada e difícil de cumprir.</li> </ul>
<p><b>NÍVEL AGRÍCOLA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Animais de boa qualidade genética * Boas condições edafoclimáticas * Partilha de informação interna organizada * Forragens de boa qualidade nutricional * Leite com grande controlo de qualidade.</li> </ul>	<p><b>NÍVEL AGRÍCOLA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Superfície agrícola reduzida * Fragmentação da terra * Complexidade no cumprimento dos procedimentos legais * Informação estatística do setor dispersa e de difícil acesso * Inexistência de matérias primas fontes proteicas de origem nacional * Composição química do leite (gordura saturada) * Reduzida longevidade dos animais.</li> </ul>

respondendo simultaneamente às principais preocupações atuais de produtores e da sociedade”, sublinha Henrique Trindade.

## Idade média dos agricultores da região Norte (2013) era de 63 anos

De acordo com a caracterização feita no âmbito do projeto, a região Norte de Portugal possui uma população de 3,7 milhões de habitantes (2018), representando aproximadamente 35% da população total residente. A área Oeste é mais densamente povoada (113 a 849 habitantes por km<sup>2</sup>, dependendo do NUTS III) do que a área Este (23 a 55 habitantes por km<sup>2</sup>).

Em 2013, a idade média dos agricultores da região Norte era de 63 anos, ainda que, no entanto, um dos valores mais baixos em Portugal continental (GPP, 2016). Em 2018, a população ativa na região Norte era de 1,83 milhão de pessoas, com uma taxa média de

desemprego de 7,3%. Isto, embora o desemprego seja maior entre os jovens (cerca de 20% na classe de idade “<25 anos”).

Por último nesta caracterização, em 2017, havia um total de 97 mil vacas leiteiras (36% do total português) mais 74 mil cabeças de reposição, num total de 315 mil cabeças de bovinos na região. O rebanho leiteiro regional está localizado predominantemente na área Oeste. Os bovinos são os animais mais importantes da região. Além dos bovinos, existem 61 mil cabeças de suínos, 283 mil cabeças de ovinos e 82 mil cabeças de cabras (INE 2018).

A produção leiteira no Norte de Portugal é quase exclusivamente baseada num sistema intensivo de pastagem zero, com base em duas culturas forrageiras anuais para a silagem: milho e uma colheita de inverno que consiste em avezém (tradicionalmente explorado como cultura intercalar do milho, estreme ou em misturas anuais) ou uma mistura de cereais com avezém.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>NÍVEL ECONÓMICO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Balança comercial deficitária (melhoria da estratégia comercial da indústria acompanhada de políticas nacionais que promovam os produtos nacionais) * Criação de empresas (privadas e cooperativas) de prestação de serviços (ex. partilha de equipamentos) * Reestruturação do setor cooperativo de modo a evitar concorrência e duplicação de serviços e adaptação às novas exigências * Organização em sistema cooperativo para a compra de fatores de produção (criar dimensão) * Introduzir práticas de manejo que permitam reduzir o consumo de antibióticos.</li> </ul>	<p><b>NÍVEL ECONÓMICO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Concorrência internacional desleal (diferentes exigências nos critérios de controlo de qualidade do leite) * Concentração da distribuição * Leite como produto âncora (distribuição) * Dependência de commodities (e.g. soja, milho).</li> </ul>
<p><b>NÍVEL SOCIAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Sensibilizar o consumidor para as atividades do mundo rural (vacarias abertas ao exterior) * Melhorar a comunicação dentro da fileira e entre a produção e o consumidor * Elaborar estratégia de comunicação profissional que desmistifique e reponha a situação real do leite (da produção ao consumidor) * Economia circular (valorização e utilização dos efluentes na vinha e floresta e também como fonte de energia).</li> </ul>	<p><b>NÍVEL SOCIAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Incertezas de mercado e de políticas * Grupos de pressão organizados (PETA, ...) * Imagem do leite junto de um segmento da população com grande visibilidade mediática (bem-estar animal, ambiente, saúde humana).</li> </ul>
<p><b>NÍVEL AMBIENTAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Deslocalizar e profissionalizar a recria * Priviligiar o consumo local * Aplicar medidas na fileira que reduzam e mitiguem a pegada de carbono do leite * Certificação das explorações e produtos lácteos em pegada ambiental * Estimular a produção ética procurada pelo consumidor * Reduzir consumo de água * Reduzir consumo de fertilizantes e agroquímicos.</li> </ul>	<p><b>NÍVEL AMBIENTAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Alterações climáticas adversas * Restrições ao consumo de água * Restrições ao uso de agroquímicos.</li> </ul>
<p><b>NÍVEL AGRÍCOLA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Agricultura de precisão (rega gota a gota, sensores, amino ácidos na dieta ‘smart dairy’) * Certificação das explorações * Otimização de dietas (tendo em conta a especificidade de cada exploração e o do ambiente) * Valorização de outros produtos das empresas de leite (carne, efluentes e estrumes) * Valorização de efluentes como matéria orgânica a incorporar em solos mais pobres.</li> </ul>	<p><b>NÍVEL AGRÍCOLA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Urbanização do espaço rural * Indústria pouco inovadora e reduzida agressividade comercial.</li> </ul>

# Frutas, legumes e flores preparam criação de uma organização interprofissional

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

As exportações portuguesas de frutas, legumes e flores passaram de 780 milhões de euros em 2010 para cerca de 1600 milhões em 2019, de acordo com a estimativa, com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), divulgada esta semana pela Portugal Fresh. A Associação para a Promoção das Frutas, Legumes e Flores de Portugal, criada em 2010 e que agrega 87 sócios que representam mais de 4500 produtores, organizou esta semana em Berlim mais uma participação nacional na Fruit Logistica. A feira é uma das maiores do mundo, onde eram esperados 78 mil visitantes de 140 países. Portugal esteve representado por 32 empresas, organizações e parceiros.

Gonçalo Santos Andrade, presidente executivo da estrutura, não tem dúvidas: o aumento das exportações portuguesas do setor nos últimos 10 anos é indissociável da criação da Portugal Fresh. “Parte deste sucesso teve a ver com a promoção conjunta e que ajudou muito à visibilidade” dos produtos nacionais. Porém, garante Gonçalo Andrade, as grandes responsáveis por este crescimento das vendas para o exterior “são as empresas”, que

“foram corajosas” e realizaram “investimentos muito significativos nos últimos anos, nomeadamente no aumento da produção, no marketing e na profissionalização dos serviços aos clientes”. Não falando da “frescura”, “aroma”, “cor” e “sabor” que caracteriza as frutas nacionais, fruto do “clima ameno e da influência atlântica” de que Portugal beneficia e que também “ajudaram” à diferenciação dos nossos produtos no estrangeiro.

A Alemanha, a maior economia da Europa, é o principal importador de frutas, legumes e flores da UE e o quinto destino das exportações portuguesas destes produtos, depois de Espanha (que lidera), França, Holanda e Reino Unido. O presidente da Portugal Fresh sublinha que “a Alemanha é um destino estratégico para as exportações de frutas, legumes e flores e tem aumentado, todos os anos, a compra de produtos portugueses, com destaque para os pequenos frutos e a pera rocha”. E “estas feiras internacionais são também um palco privilegiado para contactar clientes oriundos de outras geografias e para mostrar o potencial da nossa produção, cada vez mais diversificada”.



A ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque, esteve esta semana em Berlim a visitar as empresas portuguesas na Fruit Logistica, a maior feira de frutas e legumes do mundo.

## Portugal Fresh quer apresentar processo à ministra da Agricultura “durante o primeiro semestre”

As exportações do setor têm crescido, é certo, mas o presidente da Portugal Fresh diz que é preciso “reforçar o apoio à promoção” internacional dos produtos nacionais.

À “Vida Económica” Gonçalo Andrade adianta que estão “a pensar criar uma Organização Interprofissional” para o setor, a exemplo das que já existem para o azeite ou para o vinho (ViniPortugal), por exemplo. “Temos andado a estudar o assunto e estamos a envolver outras entidades” nesse processo, de modo a que tudo esteja pronto a ser apresentado à ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque, “durante o primeiro semestre” deste ano.

Recorde-se que, para que possam ser reconhecidas, as Organizações Interprofissionais deverão reunir representantes de, pelo menos, 20% dos agentes económicos ligados à produção, transformação e/ou comercialização e abranger no mínimo 20% do volume da produção, transformação e/ou comercialização do produto ou produtos em causa na região onde exercem a sua atividade. O reconhecimento é da responsabilidade do Ministério da Agricultura, mediante parecer técnico do GPP.



# Casa do Douro avisa o IVDP: vetar um seguro de colheitas é "contribuir para o decesso da viticultura no Douro"

A produção duriense entrega todos os anos ao Instituto dos Vinhos do Porto e Douro (IVDP), no momento do envio da Declaração de Colheita e Produção, taxas relativas à certificação do produto cultivado e produzido num "valor anual que ascende a mais de um milhão de euros". E a Casa do Douro – Federação Renovação do Douro (CD-FRD) quer usar a verba daquelas taxas para a contratação de um seguro de colheitas, coletivo, global e adaptado aos riscos próprios da cultura da vinha no Douro, dado que a Região Demarcada do Douro (RDD) "sofre, para além das históricas ocorrências de geadas, granizo, trovoadas e escaldão, as vicissitudes do agravamento das condições climáticas globais".

Em entrevista à "Vida Económica", Miguel Anaya, vice-presidente da CD-FRD, deixa o aviso: se o IVDP vetar esta medida, "está a vetar os produtores e a contribuir para o decesso da viticultura no Douro".

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

**Vida Económica - Porquê a necessidade de contratação de um seguro de colheita para a RDD, universal e gratuito?**

**Miguel Anaya** - A necessidade é óbvia, empírica. As recorrentes condições meteorológi-

cas específicas do Douro, agora cumuladas com a alteração climática global, obrigam a esta universalidade na contratação do seguro, ao qual os agricultores não acedem facilmente ou acedem com custos elevados.

**VE - E porquê agora?**

**MA** - Porquê agora? Porque só recentemente a Federação

Renovação do Douro assumiu a representação da maior parte dos viticultores do Douro e só desde há poucos anos assumiu a representação da produção no Conselho Interprofissional [do IVDP].

**VE - Qual o orçamento anual a afetar à contratação desse seguro de colheitas e quantos viticultores abrangeria?**

**MA** - O orçamento dificilmente assumirá um valor a rondar um milhão de euros. E isto para segurar a produção num parcelário de cerca de 50 mil hectares.

**VE - A "Vida Económica" questionou o IVDP, mas o seu presidente fez saber que "o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, enquanto entidade pública, não tem enquadramento legal para celebrar qualquer tipo de contratos de seguro". Que comentário lhe merece esta afirmação?**

**MA** - A competência ou legitimidade do IVDP é uma questão ainda indeterminada. De qualquer modo, o IVDP, na sua lei orgânica [Decreto-Lei n.º 97/2012, de 23 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 77/2013, de 5



Miguel Anaya, vice-presidente da Casa do Douro – Federação Renovação do Douro.

de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 152/2014, de 15 de outubro], dispõe da faculdade de protocolar com entidades terceiras essa capacidade de contratação. Haja vontade de defender os viticultores e a produção do Douro, como é responsabilidade do instituto público.

**VE - Com esta resposta, é de prever que o IVDP vete, no Conselho Interprofissional,**

**qualquer proposta que venha a ser apresentada para a criação do seguro de colheitas. Se assim for, que alternativa vê a Casa do Douro?**

**MA** - O IVDP não tem poder de veto das decisões do Conselho. E lembre-se que, se vetar esta decisão, está a vetar os produtores e a contribuir para o decesso da viticultura no Douro. Estará a prejudicar, objetiva e conscientemente, 20 mil viticultores.

## "Aturadas diligências" para contratar um seguro coletivo de colheitas

A Região Demarcada do Douro (RDD), a mais antiga do mundo (1756), estende-se ao longo do Rio Douro e seus afluentes numa extensão de 247 420 hectares. Em 2001, uma área correspondente a uma língua de cerca de 24 600 hectares foi inscrita na lista do Património Mundial da Humanidade da UNESCO.

Toda a RDD é rica em microclimas, como consequência da sua orografia acidentada, e divide-se em três sub-regiões - Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior. Do total do volume de vinho produzido na RDD, cerca de 50% é destinada à produção de vinho do Porto e o restante é destinado à produção de vinhos que utilizam a denominação de origem controlada "Douro" ou "Vinho do Douro".

A nova Casa do Douro, instituída em 2015 após a extinção da sua natureza pública em dezembro de 2014 e que atualmente é gerida pela Federação Renovação do Douro, garante que tem desenvolvido "aturadas diligências no sentido de que a RDD e os seus produtores beneficiem de um seguro de colheita global e adaptado aos riscos próprios da cultura da vinha no Douro".

Miguel Anaya, vice-presidente da instituição, assegura que "a sensibilidade, quer da representação da produção, quer da representação do comércio" apontam para a necessidade de contratação desse seguro de colheitas.

**"Taxas deveriam ser usadas em benefício da região"**

O dirigente explicou à "Vida Económica" que, nos últimos conselhos interprofissionais do IVDP, órgão de representação paritária da produção e do comércio, "todas as profissões do Douro manifestaram a sua certeza de que a taxa de certificação cobrada pelo IVDP tem de ter uma real e correspondente contrapartida em termos de serviços aos agricultores". Uma contrapartida que, "na realidade, não ocorre ao ponto de sobejar para o Estado o valor destas taxas, que deveriam manter-se e ser usadas em benefício da região". Todas as restantes taxas – selos, rótulos, aguardente, promoção, etc. – diz Miguel Anaya que "têm um reflexo físico, palpável e verificável, recíproco".

Há "um facto antigo: a pro-

dução duriense entrega ao IVDP, no momento do envio da Declaração de Colheita e Produção, taxas relativas à certificação do produto cultivado e produzido". Esse valor anual "ascende a mais de um milhão de euros". Porém, "recorrentemente, o IVDP entrega no Ministério das Finanças, anualmente, um valor equivalente". Chama-lhe, "eufemisticamente", "saldo de gerência", refere a Direção da Federação Renovação do Douro/Casa do Douro, em comunicado.

Depois, há "um facto mais recente". É que, diz a Direção da Federação Renovação do Douro, "a RDD, peculiar na sua

orografia e modo de cultivo da vinha, sofre, para além das históricas ocorrências de geadas, granizo, trovoadas e escaldão, as vicissitudes do agravamento das condições climáticas globais, trazendo aos agricultores prejuízos severos com a consequente perda, irreparável, do trabalho e investimento de anos".

É, pois, neste contexto, que a instituição considera "juridicamente indiscutível" e na "evidência de que os viticultores pagam taxas de certificação cuja reciprocidade em serviços prestados pelo IVDP não existe ou, no mínimo, são manifestamente insuficientes", que a Fe-

deração Renovação do Douro/Casa do Douro tem 'forçado', por parte do Conselho Interprofissional, a tomada de uma decisão de aplicação de parte do produto destas taxas na contratação de um seguro de colheita para a RDD, universal e gratuito.

O objetivo é que esse instrumento de defesa da produção "esteja em vigor já na campanha de 2020" e a Direção da Federação Renovação do Douro espera que o IVDP não seja "um obstáculo à adoção da medida", mas "um fator da solução consensual que todos os agricultores do Douro querem ver implementada".

### Comercialização de vinhos da Região Demarcada do Douro com DOP/IGP

Quantidade (caixas de 9 litros); Volume de negócios (euros); Preços médios (euros/litro)  
Variações (Δ%) | Total Anual Móvel - últimos 12 meses

VINHOS	JANEIRO - OUTUBRO 2019 (*)						TOTAL ANUAL MÓVEL - OUTUBRO 2019 (**)						
	10 <sup>3</sup> euros	Δ %	10 <sup>3</sup> caixas	Δ %	euros/litro	Δ %	10 <sup>3</sup> euros	Δ %	10 <sup>3</sup> caixas	Δ %	euros/litro	Δ %	
DOP	Porto	303 232	5,4	6 554,6	4,0	5,14	1,4	384 846	4,2	8 355	3,1	5,12	1,1
	Douro	134 235	0,2	3 552,2	-6,5	4,20	7,2	168 909	0,2	4 409	-5,3	4,26	5,8
	Moscatel Douro	9 067	3,4	314,9	1,7	3,20	1,6	11 627	2,6	403	1,3	3,20	1,3
IGP	Espumante Douro	523	23,5	6,7	27,8	8,62	-3,4	714	16,2	9	19,2	8,69	-2,5
	Duriense	3 569	-28,8	127,2	-49,6	3,12	41,1	4 567	-24,0	161	-43,6	3,14	34,8
	Espumante Duriense	38	15,8	1,1	30,3	3,68	-11,1	44	13,1	1	25,7	3,82	-10,1
<b>Total</b>	<b>450 664</b>	<b>3,4</b>	<b>10 556,8</b>	<b>-1,1</b>	<b>4,74</b>	<b>4,5</b>	<b>570 707</b>	<b>2,7</b>	<b>13 339</b>	<b>-0,8</b>	<b>4,75</b>	<b>3,6</b>	

(\*) em comparação com o período homólogo de 2018 | (\*\*) em comparação com o ano 2018  
FONTE: Instituto dos Vinhos do Porto e Douro (IVDP).

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA REVELA À "VIDA ECONÓMICA"

# Implementação de um seguro de colheitas na Região Demarcada do Douro "está a ser analisada"

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A possibilidade da implementação de um seguro de colheitas coletivo, global e adaptado aos riscos próprios da cultura da vinha na Região Demarcada do Douro "está a ser analisada" pelo Governo, garante o Secretário de Estado da Agricultura, Nuno Russo, à "Vida Económica", após ter reunido em Lisboa com a Federação Renovação do Douro/Casa do Douro.

O governante ressalva que "não existem ainda dados para uma posição por parte do Ministério da Agricultura" e que a proposta de implementação de um seguro de colheitas com estas características se reveste de "complexidade". E "implica uma concertação entre vários intervenientes do processo, desde logo as instituições em questão" (Instituto dos Vinhos do Porto e Douro - IVDP, Conselho Interprofissional do IVDP e Casa do Douro - Federação Renovação do Douro). Nuno Russo adianta, contudo, que "a medida está em fase de apreciação", ainda que seja "necessário também ter em consideração as vicissitudes implicadas".

**"Reinstitucionalização da Casa do Douro regulamentada até ao final de maio"**

A "reinstitucionalização" da Casa do Douro, na prática a sua renacionalização e que lhe devolve a natureza pública e a inscrição obrigatória por parte dos viticultores durieneses inscritos no IVDP, está em processo de regulamentação. Só em maio deverá ver a luz do dia.

Nuno Russo, secretário de Estado da Agricultura, explicou à "Vida Económica" que, "conforme refere a Lei 73/2019, de 2 de setembro, da Assembleia da República, trata-se de uma reinstitucionalização, dado que a qualidade de associação pú-

maio de 2015, a Federação Renovação do Douro".

A nova Lei 73/2019, que foi alvo de um pedido de fiscalização sucessiva da sua constitucionalidade por parte da Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEVP), implica agora "a realização de um processo eleitoral para os órgãos da Casa do Douro". Esse processo deverá decorrer "até 150 dias após a entrada em vigor da Lei (dia 01 de janeiro de 2020)".

Questionado sobre quando deverá estar concluída a regulamentação, Nuno Russo revelou que "o Governo, através do Ministério da Agricultura, encontra-se a elaborar a regulamentação necessária ao referido processo eleitoral". O ob-



Nuno Russo, secretário de Estado da Agricultura.

**"Até à realização de eleições e início de funções dos novos órgãos, a gestão corrente da Casa do Douro mantém-se a cargo da Federação Renovação do Douro"**

blica da Casa do Douro tinha sido extinta pelo Decreto-Lei n.º 152/2014, de 15 de outubro, dando lugar a uma associação de direito privado, designada por despacho da então Ministra da Agricultura e do Mar, em

jetivo, diz, é que "as eleições para o Conselho Geral e para a Direção da Casa do Douro possam ocorrer no prazo previsto, ou seja, até ao final de maio".

Também de acordo com os

Estatutos da Casa do Douro, aprovados em anexo à referida Lei 73/2019, "após a instalação do Conselho Geral, que dará posse à Direção, estão reunidas as condições para que a Casa do Douro, reinstitucionalizada, possa exercer, em pleno, as suas competências de representação e prossecução dos interesses de todos os viticultores da Região Demarcada

do Douro", conclui o governante.

Nessa conformidade, e conforme determinam os Estatutos da Casa do Douro, aprovados em anexo à Lei 73/2019, de 2 de setembro, "até à realização de eleições e início de funções dos novos órgãos, a gestão corrente da Casa do Douro mantém-se a cargo da Federação Renovação do Douro".

## OE 2020 tem 95 milhões para participar projetos de investimento do PDR 2020

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O orçamento do Ministério da Agricultura para 2020 prevê um montante de 95 milhões de euros de Participação Pública Nacional (CPN) dos projetos de investimento previstos no âmbito do PDR 2020, revelou o Secretário de Estado da Agricultura, Nuno Russo, à "Vida Económica". Um valor que "ainda será reforçado pelas disposições previstas na proposta de Lei do Orçamento do Estado de 2020", observou o governante, notando que, em 2019, o montante para efeitos de CPN foi de 85 milhões de euros.

A despesa total consolidada do Ministério da Agricultura proposta para 2020 "totaliza 1175 milhões de euros", sendo que, "em termos de despesa efetiva consolidada, representa 1165 milhões de euros". A

comparação entre o valor da despesa efetiva consolidada do orçamento de 2020 face ao de 2019 representa um aumento de 47,6 milhões de euros (+4,3%).

A 31 dezembro de 2019, o PDR 2020 assumiu uma "taxa de compromisso de 89% e de 62% de execução". À "Vida Económica", Nuno Russo assegurou: "Prevê-se que, em 2020, a taxa de execução acumulada (2014-20) seja de cerca de 74%".

**Ministra da Agricultura quer "orçamento adequado para a PAC"**

A Ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque, participou a 27 de janeiro no Conselho de Ministros de Agricultura e Pescas, em Bruxelas, onde se debateu o Pacto Ecológico Europeu, que visa alcançar a neu-

tralidade carbónica na União Europeia até 2050.

Maria do Céu Albuquerque frisou o papel que a Política Agrícola Comum (PAC) assume para uma maior ambição climática. Em declarações aos jornalistas, destacou, "em particular, o contributo da PAC, de 40%,

**"Comparação entre a despesa efetiva consolidada do orçamento de 2020 face à de 2019 representa um aumento de 47,6 milhões de euros (+4,3%)"**

para os objetivos do ambiente e clima". E disse que "o debate neste Conselho, relativo à arquitetura verde da PAC, tem vindo a permitir evoluir de forma positiva no que se refere à adequação dos instrumentos de política a utilizar, com vista a

essa maior ambição ambiental e climática".

A governante salientou ainda que o Pacto Ecológico Europeu deverá "aumentar o nível desta ambição, impondo custos acrescidos aos agricultores, facto que deve ser devidamente tomado em consideração na

transição que se pretende justa, evitando pôr em causa o equilíbrio do sistema alimentar em todo território europeu. Neste sentido, é necessário um orçamento adequado para a PAC".

A Ministra realçou ainda que, "dada a abrangência e a eleva-

da ambição dos objetivos do Pacto Ecológico para os setores agrícola e florestal, considera-se fundamental a complementaridade e sinergias com outros fundos". Referia-se ao "papel de estímulo à inovação pelo Horizonte Europa, o programa LIFE, o INTERREG, os Fundos de Coesão e Regional, bem como de outros Programas de Investimento e de estímulo, nomeadamente no âmbito do BEI [Banco Europeu de Investimento]".

"Sublinhamos o papel dos fundos estruturais no que respeita à criação de infraestruturas coletivas, caso de barragens, diques, redes de proteção contra incêndios, essenciais ao desenvolvimento das atividades produtivas, determinantes na prevenção e/ou no restabelecimento para fazer face a eventos climáticos extremos", disse a governante.

# Consumidores mantêm-se críticos e conscientes face à nutrição e saúde

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

As tendências de inovação 2020 para o setor [alimentar] mostram que os consumidores se mantêm críticos e conscientes face aos aspetos de nutrição e saúde. E que o 'naturalmente funcional' se assume como "uma tendência em todas as faixas etárias", uma vez que "os consumidores querem incluir mais produtos hortícolas e de forma mais conveniente nas refeições diárias", por reconhecerem a importância funcional aos mesmos.

Esta é uma das grandes ideias avançadas pela PortugalFoods na última semana no auditório do TecMaia, no seu evento anual de apresentação das tendências de inovação para o setor agroalimentar em 2020. A Associação, reconhecida como cluster do setor agroalimentar português, é constituída atualmente por mais de 160 associados, entre empresas, entidades do sistema científico nacional da fileira agroalimentar e outras conexas.

Esta foi a 9.ª edição deste evento, "reconhecido como um importante momento de atualização e debate entre indústria e especialistas de business intelligence", em prol da aplicação das tendências ao desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços por parte da indústria agroalimentar nacional", refere a PortugalFoods. Em paralelo, foi apresentada a Estratégia de Internacionalização para o Setor Agroalimentar 2019-2021, delineada pela PortugalFoods em conjunto com a Porto Business School.

## "Potencial crescimento do setor da carne"

Adicionalmente a esta consciência crítica face aos aspetos da nutrição e da saúde, diz a associação liderada por Amândio Santos que "os produtos dedicados à saúde digestiva, os produtos com baixo conteúdo de açúcar e com gordura também ganham destaque" no mercado. Não falando na dieta 'plant-based', que "continua a ser uma ten-



PortugalFoods apresentou a Estratégia de Internacionalização para o Setor Agroalimentar 2019-2021

dência presente este ano".

Contudo, "se por um lado há o consumidor mais interessado em assumir este regime alimentar, por outro, há o consumidor que aprecia carne e quer continuar a consumir a mesma, apesar das várias questões em torno desta para a saúde e a sustentabilidade".

Citada pela PortugalFoods, Joana Maricato, 'keynote speaker' do evento e 'Market Research Manager' na consultora londrina New Nutrition Business, é taxativa: "A perceção que o consumidor tem da carne enquanto uma proteína sa-

borosa e de elevado valor biológico está a impulsionar a reinvenção da carne e irá assegurar o seu lugar enquanto elemento de uma refeição e como um snack".

Deste modo, "é identificado, pela primeira vez, o potencial crescimento do setor da carne, nomeadamente ao diferenciar-se pelas soluções alternativas deste produto e que estejam alinhadas com as preferências do consumidor". Em paralelo, "o público continua a atribuir atenção à proveniência e à autenticidade dos produtos, os quais são associados a situações de bem-estar".

Ficha Técnica: Edição e coordenação: Teresa Silveira | Email: teresasilveira@vidaeconomica.pt | Paginação: Célia César e Flávia Leitão | Periodicidade: Mensal

PUB



Título: Empreendedorismo e Plano de Negócio no Setor Agrícola

Autores: Orlando Lima Rua e Juliana Santos Pinto

Nº de págs.: 128 | Preço: € 13

Compre já em <http://livraria.vidaeconomica.pt>

## Empreendedorismo e Plano de Negócio no Setor Agrícola

Uma obra de leitura fácil e acessível, com uma linguagem que vai ajudar muitos dos que estão, hoje, a pensar em novos investimentos.

Com prefácio de José Fernando Figueiredo, Presidente do Sistema Português de Garantia Mútua, Presidente da Associação Europeia de Garantias, Presidente da 2BPartner SCR

Esta obra constitui um apoio adicional para todos os que pretendam lançar-se na atividade de criação de riqueza e emprego em Portugal, não apenas os que queiram ser empresários do subsector hortícola, mas todos os que entendam ser o setor agrícola e agro-industrial, como um todo, um campo de oportunidades.

Pedidos para: **VidaEconómica** - R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO  
Tel. 223 399 400 • E-mail encomendas: [encomendas@vidaeconomica.pt](mailto:encomendas@vidaeconomica.pt)

(recortar ou fotocopiar)

Nome \_\_\_\_\_ Nº Contribuinte [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ]

Morada \_\_\_\_\_

C. Postal [ ] [ ] [ ] [ ] - [ ] [ ] [ ] [ ] E-mail \_\_\_\_\_

Solicito o envio do livro **EMPREENDEADORISMO E PLANO DE NEGÓCIO NO SETOR AGRÍCOLA**

Pago por transferência bancária para o IBAN PT50 0033 0000 45313889113 05 (é necessário enviar comprovativo)

Para o efeito envio cheque/vale nº \_\_\_\_\_, s/ o \_\_\_\_\_, no valor de € [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ]

Solicito envio de referência de multibanco para o email \_\_\_\_\_

Solicito o envio à cobrança. (Acrescem 4€ para despesas de envio e cobrança).

ASSINATURA \_\_\_\_\_

□ Autorizo que a Vida Económica Editorial S.A. trate e utilize os meus dados pessoais, constantes deste formulário, para efeito de ações de marketing e promoção de produtos, serviços, campanhas e eventos da Vida Económica Editorial S.A. Mais declaro ter sido informado que a qualquer momento poderei requerer o apagamento ou retificação dos meus dados pessoais, bem como opor-me a qualquer outra forma de tratamento desses dados, de acordo com a Política de Privacidade disponível em: <http://www.vidaeconomica.pt/politica-de-privacidade>.